

**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Instruções: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto a seguir.

1 Desde A democracia na América (1835), de Alexis de Tocqueville, tornou-se corrente comparar os Estados Unidos com a América ibérica, constituindo este exercício uma fonte de inspiração da imaginação social no continente. Nessa obra, a América do Sul é descrita como lugar em que a pujança da natureza debilitaria o homem, enquanto, na América do Norte, a natureza se revestiria de outro aspecto, onde tudo "era grave, sério, solene; dissera-se que fora criada para se tornar província da inteligência, enquanto a outra era a morada dos sentidos".

O caso bem-sucedido da América do Norte apontaria para um processo em que o atraso ibérico, sob o impacto das diferentes influências exercidas pelo seu vizinho anglo-americano, modernizar-se-ia, rompendo com os fundamentos da sua própria história.

A reflexão social latino-americana no século XIX, já testemunha dos sucessos econômicos e políticos dos Estados Unidos, tomou-os como um paradigma em sua luta orientada contra o que seria o seu atraso constitutivo, resultante do caudilhismo e do patrimonialismo vigentes em seus espaços nacionais. Entre tantos outros, os argentinos Sarmiento e Alberdi desenvolveram uma publicística centrada na comparação entre as duas Américas e o que nos cumpriria fazer para, livrando-nos dos nossos males históricos, lograrmos sucesso no ingresso ao mundo moderno. [...]

No caso do Brasil, a comparação com os Estados Unidos também esteve presente ao longo de nossa história, influenciando diretamente os embates sobre o processo da modernização brasileira. Nossa herança ibérica, marcada por um Estado forte e pela valorização do público, seria compatível com os valores do mundo moderno então emergente? Ou, de forma alternativa, ela teria nos legado uma carga tão excessiva, cuja superação em direção à modernidade exigiria uma ruptura com esse passado? Desde já, é importante ressaltar que, ainda que os conceitos iberismo e americanismo tenham sido formulados a posteriori, não estando presentes no vocabulário dos autores consagrados como fundadores da tradição de interpretar o Brasil, eles fornecem uma chave interpretativa para o estudo do processo de nossa formação histórica.

(VIANNA, Luis Werneck; PERLATTO, Fernando. Iberismo e americanismo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 248-249)

1. Considere o texto e as assertivas que seguem.
 - I. O cotejo entre o emprego de certas formas verbais, por exemplo, (linha 7) *debilitaria* e (linha 8) *era* evidencia a distinção entre o ponto de vista, respectivamente, de quem comenta uma hipótese lançada por outrem e o ponto de vista de quem propõe essa mesma hipótese.
 - II. Considerada a lógica e o contexto, merece reparo o que se tem no segmento *O caso bem-sucedido da América do Norte apontaria para um processo em que o atraso ibérico [...] modernizar-se-ia*: em lugar do que está destacado, seria adequado haver, por exemplo, "a América ibérica, atrasada,".
 - III. No parágrafo 4, a presença de duas indagações no excerto deve-se ao fato de cada uma delas enfatizar uma específica polêmica a respeito de nossa história, correspondendo, então, uma em relação à outra, a um caminho alternativo na definição da prioridade a ser enfrentada no processo de modernização do Brasil.

Está correto o que se afirma em

 - (A) III, apenas.
 - (B) I, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I e II, apenas.

2. No contexto,
 - (A) (linhas 5 a 11) a comparação entre as Américas, para acentuar a superioridade de uma sobre a outra, baseia-se especialmente nas palavras destacadas em *província da inteligência* e a *morada dos sentidos*.
 - (B) (linha 15) a única forma de colocação do pronome *se*, aceitável pela gramática normativa, é exatamente a que o texto apresenta: *modernizar-se-ia*.
 - (C) (linha 2) a expressão *tornou-se corrente* evidencia que a comparação entre os Estados Unidos e a América ibérica já era usada em estudos acadêmicos havia muitas décadas, mas que, depois de 1835, passou a ser mais frequente.
 - (D) (linha 3) a frase estruturada em torno de *constituindo* exprime a causa do fenômeno citado anteriormente.
 - (E) (linhas 6 e 7) o segmento *como lugar em que a pujança da natureza debilitaria o homem* poderia ser substituído por "lugar cuja pujança da natureza debilitaria o homem", sem prejuízo da correção e do sentido originais.

3. Respeitando a constituição do texto, deve-se
 - (A) compreender que o homem deve tirar proveito de sua competência para agir sobre a natureza, moldando-a de modo a tornar menos vulneráveis os que nela habitam.
 - (B) entender que o pensamento social latino-americano do século XIX tomou os Estados Unidos como ponto de referência para o esforço de realização de objetivos da América ibérica.
 - (C) tomar a citada obra de Alexis de Tocqueville como fundadora de um modo de pensar que elimina a distância entre razão e emoção.
 - (D) reconhecer aquilo que é inerente a cada ser humano como expressão da força determinante da natureza, em qualquer de suas várias formas, sobre os que dela provêm num específico espaço geográfico.
 - (E) conceber a comparação entre Estados Unidos e América ibérica como o fundamento do imaginário dos povos naturais do continente.



4. Afirma-se com correção:
- (A) (linhas 23 e 24) Transpondo para a voz passiva o segmento *os argentinos Sarmiento e Alberdi desenvolveram uma publicística*, a forma correta obtida é "tinha sido desenvolvida".
- (B) (linhas 15 e 16) Em *rompendo com os fundamentos da sua própria história*, o pronome destacado indica que a história é a da América ibérica.
- (C) (linhas 2 e 3) Desenvolvendo a forma destacada em tornou-se *corrente comparar os Estados Unidos com a América ibérica*, estaria em concordância com as normas gramaticais a formulação "comparando".
- (D) (linha 28) O emprego da expressão *No caso do Brasil* pode ser considerado redundância, pois o conteúdo anterior já está organizado sob essa perspectiva, como o comprova o uso de (linha 25) *nos cumpriria [...], livrando-nos*.
- (E) (linha 9) Em *dissera-se que fora criada*, a substituição das formas verbais preserva o sentido original se forem trocadas, respectivamente, por "havam dito" e "teria sido criada".
-
5. As indagações presentes no parágrafo 4 supõem o seguinte conteúdo implícito:
- (A) A alternância de pontos de vista na reflexão sobre uma identidade cultural é necessária quando se deseja conhecer verdadeiramente uma nação.
- (B) Rupturas com a tradição são condição necessária e suficiente para que países se modernizem e passem a fazer parte de comunidades internacionais.
- (C) Países que apresentam setor estatal forte e valorização do público não se harmonizariam com traços culturais do mundo moderno.
- (D) O Brasil, herdeiro do mundo ibérico, carrega aversões de natureza ideológica que justificam seu desejo de assumir entusiasmadamente valores contemporâneos.
- (E) Os valores do mundo moderno ainda hoje não se encontram totalmente configurados.
-
6. Observada a organização do texto, e especialmente a última frase, cria-se uma expectativa de que as linhas seguintes ao fragmento trarão
- (A) considerações sobre o processo de formação do Brasil, iluminadas por matrizes de pensamento que, a partir de certo momento, foram conceituadas como "americanismo" e "iberismo".
- (B) retificações dos textos inaugurais da tradição de interpretar o Brasil, determinadas pelo fato de que os autores não contavam, em seu vocabulário, com as palavras "americanismo" e "iberismo".
- (C) a categoria "iberismo" como fundamento do primeiro bloco de estudos sobre a formação histórica do Brasil, dando lugar, a seguir, à categoria "americanismo".
- (D) os conceitos de "iberismo" e de "americanismo" sempre em oposição, visto que são resultado de momentos históricos antagônicos e bastante afastados no tempo.
- (E) crítica a autores equivocadamente consagrados como fundadores da tradição de interpretar o Brasil, equívoco gerado pelo desconhecimento de que eles muito tardiamente se valeram da chave necessária à análise da cultura.
-
7. *A reflexão social latino-americana no século XIX, já testemunha dos sucessos econômicos e políticos dos Estados Unidos, tomou-os como um paradigma em sua luta orientada contra o que seria o seu atraso constitutivo, resultante do caudilhismo e do patrimonialismo vigentes em seus espaços nacionais.*
- O trecho acima transcrito teve seus segmentos reformulados, como se observa nas alternativas. A que apresenta redação que preserva o sentido original do texto é:
- (A) *resultante do caudilhismo e do patrimonialismo / reprodução das ditaduras e da forma de governar dos que têm mais acesso a patrimônios e bens de consumo.*
- (B) *vigentes em seus espaços nacionais / que vigoravam em países da América Latina.*
- (C) *A reflexão social latino-americana no século XIX, já testemunha dos sucessos econômicos e políticos dos Estados Unidos / O pensamento social latino-americano no século XIX, testemunha imediata dos sucessos econômicos e políticos dos Estados Unidos.*
- (D) *tomou-os como um paradigma em sua luta orientada / tratou-os como exemplo de sucesso a ser superado na ocasião do embate que seria travado.*
- (E) *luta orientada contra o que seria o seu atraso constitutivo / confronto corajoso especificamente estabelecido com o que viria a constituir o seu atraso.*
-
8. Considere as informações prestadas pelo verbete abaixo transcrito.
- publicística** *Datação: c1950*
- substantivo feminino
- 1 a imprensa jornalística; periodismo
- 2 Rubrica: termo jurídico, política, literatura de direito civil, política e/ou temas sociais
- 3 Rubrica: termo jurídico, a ciência do direito público
- 4 Derivação: por metonímia, o conjunto de autores de textos sobre direito público, política ou assuntos sociais
- Etimologia: empr. it. [palavra emprestada do italiano] *publicistica* "atividade desenvolvida por jornalistas na publicação de artigos pela imprensa, conjunto das publicações da atualidade".
- (Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa)
- Sobre o uso dessa palavra "publicística" no texto, é correto afirmar:
- (A) O excerto e a rubrica denotam a possibilidade, mais provável do que todas as outras, de ter sido empregada na acepção 3, levando em conta a natureza da obra de onde foi extraído o trecho.
- (B) O contexto evidencia que está, de maneira a excluir outra possibilidade, empregada na acepção 4, como o comprova o uso da expressão *Entre tantos outros*, que remete a muitos autores.
- (C) Levando em conta a datação, isto é, a época em que ela parece ter surgido na Língua Portuguesa, não poderia ter sido empregada em um texto que se refere a pensadores do século XIX.
- (D) Aquilo que se informa acima sobre a origem da palavra e os dados oferecidos no texto comprovam a impossibilidade de ter sido empregada com acepção diferente da indicada em 1.
- (E) O contexto e a rubrica sugerem que está empregada na acepção 2, mas a falta de indicações precisas sobre a natureza dos trabalhos dos autores citados impede uma conclusão decisiva sobre o seu sentido no texto.



Instruções: Para responder às questões de números 9 a 13, considere o texto a seguir.

1 *A áspera controvérsia sobre a importância da liberdade política é bem capaz de ocultar o essencial nessa matéria, ou seja, a liberdade existe como um valor ético em si mesmo, independentemente dos benefícios concretos que a sua fruição pode trazer aos homens. [...]*

5 *A liberdade tem sido, em todos os tempos, a causa das maiores conquistas do ser humano. E, efetivamente, que valor teriam a descoberta da verdade, a criação da beleza, a invenção das utilidades ou a realização da justiça, se os homens não tivessem a possibilidade de escolher livremente o contrário de tudo isso?*

10 *Heródoto foi um dos primeiros a sublinhar que o estado de liberdade torna os povos fortes, na guerra e na paz. Ao relatar a estupenda vitória que os atenienses, sob o comando de Cleômenes, conquistaram contra os calcídeos e os beócios, ele comenta: "Aliás, verifica-se, sempre e em todo lugar, que a igualdade entre os cidadãos é uma vantagem preciosa: submetidos aos tiranos, os atenienses não tinham mais valor na guerra que seus vizinhos; livres, porém, da tirania, sua superioridade foi manifesta. Por aí se vê que na servidão eles se recusavam a manifestar seu valor, pois labutavam para um senhor; ao passo que, uma vez livres, cada um no seu próprio interesse colaborava, por todas as maneiras, para o triunfo do empreendimento coletivo".*

15 *O mesmo fenômeno de súbita libertação de energias e de multiplicação surpreendente de forças humanas voltou a repetir-se vinte e quatro séculos depois, com a Revolução Francesa. Pela primeira vez na história moderna, as forças armadas de um país não eram compostas de mercenários, nem combatiam por um príncipe, sob o comando de nobres, mas eram formadas de homens livres e iguais, comandados por generais plebeus, sendo todos movidos tão só pelo amor à pátria.*

(COMPARATO, Fábio Konder. A liberdade como valor ético. **Ética:** direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 546-547)

9. O texto abona o seguinte comentário: o autor, na defesa de seu ponto de vista,

- (A) cita Cleômenes e episódio histórico que deu a esse ateniense experiência para reconhecer não só o valor da liberdade, mas, em próprias palavras do conquistador, que a *igualdade entre os cidadãos é uma vantagem*.
- (B) faz uso de uma indagação que é meramente retórica, pois a resposta a ela está implícita na própria pergunta: o valor de descobertas, invenções e demais realizações está em impor a todos os homens o mesmo direito de usufruir delas.
- (C) contrapõe distintos momentos históricos para evidenciar que a discussão sobre a importância da liberdade política contém contradições.
- (D) opta por fazer um relato de como a liberdade se manifestou em diferentes momentos históricos, o que lhe permitiu concluir, ao final do texto, que a liberdade é um valor ético em si mesmo.
- (E) vale-se de um testemunho de prestígio, sem, entretanto, tomá-lo como suficiente, dado que acrescenta comentário que o ratifica.

10. Observadas as orientações da gramática normativa, é pertinente o seguinte comentário:

- (A) (linha 18) No segmento *submetidos aos tiranos*, tem-se exemplo de emprego de participio atribuindo à frase valor temporal.
- (B) (linhas 16 a 21) Tanto em *ele comenta*, quanto em *Por aí se vê*, observa-se o emprego do tempo presente pelo pretérito (presente histórico), para dar vivacidade a fatos ocorridos no passado.
- (C) (linhas 4 e 5) Outra redação para *independentemente dos benefícios concretos que a sua fruição pode trazer aos homens* estará clara e correta se tiver a formulação "em nada dependendo dos benefícios concretos que podem advirem da sua fruição aos homens".
- (D) (linhas 7 a 9) Em *E, efetivamente, que valor teriam a descoberta da verdade (...)* ou *a realização da justiça*, o valor da sequência implica uma vírgula obrigatória depois da conjunção "ou".
- (E) (linha 8) Se as normas preveem a possibilidade de ocorrer o verbo no singular no caso de haver uma sucessão de substantivos que indicam gradação de um mesmo fato, seria correto empregar "teria", em vez de *teriam*.

11. Foi omitida a frase final do primeiro parágrafo do texto. Considerada a direção argumentativa adotada, essa frase deve ser a seguinte:

- (A) Há uma disposição coletiva para viver em liberdade, a qual faz parte da mentalidade dos povos.
- (B) A liberdade humana, tomada no sentido de um agir sem impedimentos externos, é perfeitamente compatível com o "temor" e a "necessidade".
- (C) A liberdade política do cidadão pressupõe uma estrita igualdade socioeconômica de vida.
- (D) A liberdade é um atributo essencial do ser humano, distinguindo-o, por isso, de todos os demais seres vivos.
- (E) A liberdade humana, numa comunidade política, é sempre definida em relação aos vínculos artificiais que são as leis civis.

12. Expressão que, no contexto, assinala que a hipótese levantada pelo autor é considerada indesejável por ele é:

- (A) (linhas 7 e 8) *efetivamente*.
- (B) (linha 29) *Pela primeira vez*.
- (C) (linha 2) *é bem capaz de*.
- (D) (linha 4) *em si mesmo*.
- (E) (linha 3) *ou seja*.



13. Análise da correlação entre frases do texto evidencia que,
- (A) (linhas 23 a 25) em *ao passo que, uma vez livres, cada um no seu próprio interesse colaborava [...] para o triunfo do empreendimento coletivo*, a locução destacada equivale a "enquanto", exprimindo oposição.
 - (B) (linhas 30 a 32) em *as forças armadas de um país não eram compostas de mercenários, nem combatiam por um príncipe*, a inserção da conjunção "e" antes da conjunção destacada determinaria que as ideias expostas tivessem o mesmo peso na argumentação, o que não ocorre com a formulação original.
 - (C) (linha 32 e 33) em *mas eram formadas de homens livres e iguais*, a conjunção destacada tem valor consecutivo.
 - (D) (linhas 20 e 21) em *livres, porém, da tirania, sua superioridade foi manifesta*, o deslocamento da conjunção para o início da frase altera significativamente o sentido original.
 - (E) (linhas 22 e 23) em *pois labutavam para um senhor*, a conjunção equivale a "quando".
-
14. Considerada a norma-padrão escrita, a frase que exige correção é:
- (A) O representante dos escritores agraciados pelo ambicionado prêmio fez longo discurso, no qual se apontaram os itens mais candentes do embate entre eles e as editoras, deixando manifesto as ácidas críticas que há muito lhes são dirigidas por não manter os compromissos assumidos.
 - (B) Fala-se de Sua Excelência, o Ministro do Meio Ambiente, que, com o intuito de dirimir sejam quais forem as dúvidas dos jornalistas, deve conceder-lhes entrevista coletiva daqui a duas semanas, sem discriminação de ordem alguma.
 - (C) Mal atinando com a razão da impugnação, temendo a consequência de seu ato intempestivo, e julgando estar sozinho para combatê-las, como achar um modo de considerá-las sem sentir desolação?
 - (D) Aos sábios e pacientes recomendo o belo trabalho que podem escrever pesquisando o conto do vigário pelos séculos atrás: encontrarão um misto de historinhas banais e pequenas obras-primas que ocupariam lugar eminente nas obras de ficção.
 - (E) Não se deve entender os movimentos reivindicatórios como balões de ensaio que, ao primeiro golpe de vento, despencam e se destroem; são a argamassa que se molda à pressão da sociedade, e com que se fará uma sólida e legítima construção.
-
15. A frase que está clara e em conformidade com a norma-padrão escrita é:
- (A) Sempre taxado de inseguro, ousou levantar hipóteses que sortiram tal efeito entre seus pares, que passaram não só a lhe considerar um profissional responsável, como também a prognosticar-lhe um futuro bastante promissor.
 - (B) Em conversas insossas como essas que soem acontecer em situações formais, nada mais admissível que, se antevermos um assunto palpitante, nos agarremos à possibilidade de introduzi-lo e distendê-lo o máximo possível.
 - (C) Têm havido grandes discussões sobre as principais intervenções do poder público naquela área, mas o que observa-se é que todos buscam mesmo ocupar um discreto lugarzinho na administração.
 - (D) Continue a evitar comentários espontâneos que podem constituir risco, pois basta, segundo nos consta, a ponderação dos advogados para ver que o melhor jeito de enfrentar a polêmica é abster-se de declarações capciosas.
 - (E) Quaisquer que possa ser as opiniões dos líderes da comunidade, os últimos acontecimentos mostram que, quanto mais os jovens se aglutinam em prol de uma causa, mais se afastam daqueles.
-

Raciocínio Lógico-Matemático

16. Efetuando as multiplicações

$$2 \times 2, 4 \times 4, 6 \times 6, 8 \times 8, \dots,$$

obtemos uma sequência de números representada a seguir pelos seus quatro primeiros elementos:

$$(4, 16, 36, 64, \dots).$$

Seguindo a mesma lógica, o 1000º elemento dessa sequência será 4.000.000 e o 1001º elemento será 4.008.004. Dessa forma, o 1002º elemento será

- (A) 4.016.008.
- (B) 4.008.036.
- (C) 4.016.036.
- (D) 4.008.016.
- (E) 4.016.016.



17. Uma pessoa nasceu em 1º de janeiro do ano 19XY e morreu em 2 de janeiro do ano 19YX, sendo X e Y algarismos diferentes entre si. A idade dessa pessoa quando ela morreu era igual à soma dos algarismos do ano de seu nascimento. Dessa forma, podemos concluir que o ano 19XY está entre
- (A) 1960 e 1980.
 - (B) 1980 e 2000.
 - (C) 1920 e 1940.
 - (D) 1900 e 1920.
 - (E) 1940 e 1960.

18. Considere as três afirmações a seguir, todas verdadeiras, feitas em janeiro de 2013.

- I. Se o projeto X for aprovado até maio de 2013, então um químico e um biólogo serão contratados em junho do mesmo ano.
- II. Se um biólogo for contratado, então um novo congelador será adquirido.
- III. Se for adquirido um novo congelador ou uma nova geladeira, então o chefe comprará sorvete para todos.

Até julho de 2013, nenhum biólogo havia sido contratado. Apenas com estas informações, pode-se concluir que, necessariamente, que

- (A) não foi adquirida uma nova geladeira.
- (B) o chefe não comprou sorvete para todos.
- (C) o projeto X não foi aprovado até maio de 2013.
- (D) nenhum químico foi contratado.
- (E) não foi adquirido um novo congelador.

19. Uma costureira precisa cortar retalhos retangulares de 15 cm por 9 cm para decorar uma bandeira. Para isso, ela dispõe de uma peça de tecido, também retangular, de 55 cm por 20 cm. Considerando que um retalho não poderá ser feito costurando dois pedaços menores, o número máximo de retalhos que ela poderá obter com essa peça é igual a

- (A) 7.
- (B) 10.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 6.

20. Um dia antes da reunião anual com os responsáveis por todas as franquias de uma cadeia de lanchonetes, o diretor comercial recebeu um relatório contendo a seguinte informação:

Todas as franquias enviaram o balanço anual e nenhuma delas teve prejuízo neste ano.

Minutos antes da reunião, porém, ele recebeu uma mensagem em seu celular enviada pelo gerente que elaborou o relatório, relatando que a informação não estava correta. Dessa forma, o diretor pôde concluir que, necessariamente,

- (A) nem todas as franquias enviaram o balanço anual ou todas elas tiveram prejuízo neste ano.
- (B) nem todas as franquias enviaram o balanço anual ou pelo menos uma delas teve prejuízo neste ano.
- (C) nenhuma franquia enviou o balanço anual e todas elas tiveram prejuízo neste ano.
- (D) alguma franquia não enviou o balanço anual e todas elas tiveram prejuízo neste ano.
- (E) nenhuma franquia enviou o balanço anual ou pelo menos uma delas teve prejuízo neste ano.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais foram inscritos no título da Constituição Federal dedicado a enunciar os direitos e garantias fundamentais. Tal posicionamento sugere, sob certa perspectiva, a qualificação desses direitos como direitos fundamentais da pessoa humana. Nesse sentido, o constituinte acabou por estendê-los, em grande medida, a outras categorias de trabalhadores, a exemplo dos servidores públicos e dos trabalhadores domésticos. No caso dos servidores públicos, o texto constitucional determina a extensão, dentre outros, dos seguintes direitos:

- (A) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; e proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- (B) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; e assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.
- (C) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; e licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- (D) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; proteção em face da automação; e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.
- (E) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.

22. O julgamento do Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho por crime de responsabilidade em virtude de conduta praticada no período em que exercia, por substituição, a Presidência do Tribunal

- (A) somente é cabível no caso de haver expressa autorização do Conselho Nacional de Justiça ou da maioria absoluta dos membros do próprio Tribunal Regional do Trabalho integrado pelo acusado.
- (B) cabe originariamente ao Tribunal Superior do Trabalho em face de denúncia oferecida pelo Ministério Público do Trabalho.
- (C) cabe originariamente ao Superior Tribunal de Justiça em face de denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal.
- (D) somente é cabível caso a infração seja enquadrada como improbidade administrativa, pois a responsabilização político-administrativa decorrente do regime dos crimes de responsabilidade é aplicável apenas aos agentes políticos expressamente designados no texto constitucional.
- (E) cabe originariamente ao Supremo Tribunal Federal em face de denúncia oferecida pelo Procurador-Geral da República.

23. No âmbito do controle difuso de constitucionalidade praticado no Brasil, a cláusula da reserva de plenário

- (A) não alcança o Supremo Tribunal Federal, em virtude das características institucionais que lhe conferem estatura de genuína corte constitucional.
- (B) obsta que qualquer autoridade judicial reconheça monocraticamente a inaplicação de determinado diploma legal por ofensa direta à Constituição Federal.
- (C) não impede que os órgãos fracionários de Tribunal Regional do Trabalho, caso não tenha havido manifestação a respeito pelo respectivo plenário ou órgão especial, deixem de aplicar a multa e os juros decorrentes da mora no pagamento de contribuição sindical definidos no art. 600 da CLT (com a redação dada pela Lei nº 6.181/1974) em virtude de não guardar compatibilidade com a ordem constitucional em vigor.
- (D) impede que os órgãos fracionários de Tribunal Regional do Trabalho, caso não tenha havido manifestação a respeito pelo respectivo plenário ou órgão especial, deixem de aplicar a imposição legal de ruptura automática do vínculo empregatício em virtude da concessão de aposentadoria ao trabalhador constante do art. 453, § 2º, da CLT (com a redação dada pela Lei nº 9.529/1997), em virtude de não guardar compatibilidade com a ordem constitucional em vigor, mesmo que o dispositivo já tenha sido declarado inconstitucional pelo plenário do Supremo Tribunal Federal.
- (E) impede que os órgãos fracionários dos Tribunais Regionais do Trabalho, caso não tenha havido manifestação a respeito pelo respectivo plenário ou órgão especial, rejeitem arguição de inconstitucionalidade do diploma legal aplicável ao caso concreto *sub judice*.

24. Considere as seguintes afirmativas:

- I. É inconstitucional lei estadual que institui dever a supermercados e estabelecimentos assemelhados de expor, num mesmo local ou gôndola, os produtos alimentícios especialmente elaborados sem o uso de glúten como medida protetiva aos portadores de doença celíaca, pois trata-se de matéria sujeita à competência privativa dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local.
- II. A autonomia política dos Estados-membros alcança a competência legislativa privativa para conferir ao Defensor Público-Geral do Estado estatura administrativa de Secretário de Estado, submetendo sua nomeação à livre escolha do Governador.
- III. A autonomia política dos Estados-membros não alcança a competência legislativa para instituir comissão estadual voltada a autorizar, monitorar e fiscalizar a pesquisa, e demais atividades relacionadas ao setor nuclear, de modo a assegurar que suas aplicações garantam a saúde, o bem-estar e a segurança da população, bem como, a preservação do meio ambiente.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) II e III.

**Direito Administrativo**

25. O Poder de Polícia atribuído à Administração pública para o bom desempenho de suas atribuições
- (A) demanda previsão normativa para sua utilização, embora possa permitir margem de apreciação discricionária no seu desempenho.
 - (B) autoriza a imposição de medidas concretas coercitivas de direitos dos administrados, demanda autorização judicial, contudo, para autoexecutoriedade das mesmas.
 - (C) emana da própria natureza das atribuições, a fim de que seja possível realizá-las, prescindindo de previsão normativa estabelecendo os aspectos da atuação.
 - (D) possui alguns atributos inerentes à sua atuação, sem os quais nenhum ato de polícia teria efetividade, tal como a autoexecutoriedade.
 - (E) permite a não aplicação de algumas garantias constitucionais estabelecidas em favor dos administrados, tendo em vista que visa ao atendimento do interesse público, que prevalece sobre os demais princípios.
26. De acordo com a separação de poderes constitucionalmente estabelecida, a função de administrar incumbe ao Poder Executivo. A Administração pública, no desempenho das tarefas inerentes a essa função
- (A) admite controle do poder externo, tanto dos órgãos que integram a estrutura da Administração, quanto do Tribunal de Contas, cuja análise de mérito é mais restrita que o controle desempenhado pelo Poder Judiciário, que o faz sem distinção.
 - (B) submete-se a controle externo exercido pelo Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, que pode abranger análise de critérios que excedem a legalidade, tal como economicidade.
 - (C) submete-se a controle externo do Poder Judiciário, vedada interferência de outros órgãos ou entes, ainda que da mesma esfera de governo, em especial quando se tratar de atuação discricionária.
 - (D) admite controle interno de outros órgãos, entes ou Poderes, vedado controle externo no que se refere aos aspectos discricionários da atuação.
 - (E) submete-se a controle interno, pelos órgãos que integram sua própria estrutura, e a controle externo, desempenhado pelo Tribunal de Contas e pelo Poder Judiciário, vedada análise de qualquer aspecto discricionário.
27. Durante regular correição interna, foi identificada a edição de um ato administrativo por autoridade incompetente. Considerando que esse ato administrativo gerou direitos a determinados administrados, que vem travando relações jurídicas com terceiros desde a edição do ato, há aproximadamente dois anos, a autoridade competente
- (A) deverá anular o ato anterior, porque vício de forma não é convalidável, arcando os administrados com eventuais prejuízos incorridos até a edição de novo ato, após nova e regular análise pela autoridade competente.
 - (B) poderá convalidar o ato, desde que se trate de ato discricionário, mediante nova análise das condições que ensejaram sua edição, tendo em vista que os atos vinculados somente podem ser convalidados por decisão judicial.
 - (C) poderá editar novo ato administrativo apenas para autorizar a continuidade das relações jurídicas já firmadas, obstando a realização de novos negócios pelos administrados, que, para tanto, deverão apresentar outro pedido à Administração.
 - (D) caso não conste haver mais nenhum vício que macule o ato anterior, nem se trate de competência absoluta, deve convalidar o ato editado anteriormente pela autoridade incompetente.
 - (E) deverá anular o ato anterior, notificando os interessados a apresentarem novo pedido, tendo em vista que vício de competência não é convalidável.
28. A propósito de semelhanças ou distinções entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista sabe-se que,
- (A) as empresas públicas submetem-se integralmente ao regime jurídico de direito público, na medida em que seu capital é 100% público, enquanto as sociedades de economia mista podem se submeter ao regime jurídico de direito privado, caso a participação privada no capital represente maioria com poder de voto.
 - (B) as sociedades de economia mista admitem participação privada em seu capital, enquanto as empresas públicas não; ambas se submetem ao regime jurídico típico das empresas privadas, embora possam ter que se submeter à regra de exigência de licitação para contratação de bens e serviços.
 - (C) as duas pessoas jurídicas de direito público integram a Administração indireta e podem ser constituídas sob quaisquer das formas disponíveis às empresas em geral, distinguindo-se pela composição do capital, 100% público nas sociedades de economia mista e com participação privada empresas públicas.
 - (D) as duas pessoas jurídicas de direito público submetem-se ao regime jurídico de direito privado, com exceção à forma de constituição, na medida em que são criadas por lei específica, enquanto as empresas não estatais são instituídas na forma da legislação societária vigente.
 - (E) ambas submetem-se ao regime jurídico de direito público, não se lhes aplicando, contudo, algumas normas, a fim de lhes dar celeridade e competitividade na atuação, tal como a lei de licitações e a realização de concurso público para contratação de seus servidores.



29. A prestação de serviços públicos de natureza essencial

- (A) pode ser prestada direta ou indiretamente pelo poder público, admitindo-se mais de uma forma de negócio jurídico prestante a essa finalidade, quaisquer delas submetidas aos princípios que regem os serviços públicos.
- (B) submete-se integralmente ao princípio da continuidade do serviço público, quando prestado diretamente pelo poder público ou por terceiros, afastando-se, contudo, o princípio da igualdade dos usuários, na medida em que é inerente à mutabilidade do regime permitir que se estabeleça distinção entre os administrados.
- (C) pode ser prestada indiretamente, por meio de instrumento jurídico de outorga legalmente previsto, hipótese em que ficam afastados os princípios que informam a Administração pública e a execução dos serviços públicos, na medida em que o regime jurídico transmuta-se para privado, para maior competitividade.
- (D) submete-se ao princípio da continuidade do serviço público quando executado diretamente pela Administração pública, tendo em vista que não se pode impor ao privado prejuízos decorrentes dessa obrigação.
- (E) quando desempenhada pelos privados, com base em regular outorga por meio de ato unilateral legalmente previsto, submete-se ao princípio da continuidade do serviço público, afastando-se, contudo, o princípio da igualdade dos usuários, na medida em que a mutabilidade do regime permite estabelecer distinção entre os administrados, para otimização de receita.

Direito do Trabalho

30. Considere as assertivas:

- I. As instituições beneficentes, para os efeitos da relação de emprego, são equiparadas ao empregador quando admitirem trabalhadores como empregados.
- II. Não há solidariedade pelas obrigações trabalhistas entre as empresas de um grupo econômico quando cada qual é dotada de personalidade jurídica própria.
- III. Embora o empregado doméstico não desempenhe atividade econômica, diversos direitos atribuídos aos trabalhadores urbanos são garantidos aos trabalhadores domésticos, como, por exemplo, férias, 13º salário, aviso-prévio.
- IV. O trabalho temporário difere da relação de emprego por ser exercido sem subordinação e sem onerosidade.
- V. O constituinte assegurou aos empregados rurais os mesmos direitos dos empregados urbanos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) III, IV e V.
- (C) II e IV.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, III e V.

31. Considerando os dispositivos legais relativos à remuneração, é correto afirmar que

- (A) a gorjeta corresponde apenas ao valor cobrado pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, destinada a distribuição aos empregados.
- (B) não se incluem nos salários as diárias para viagem que excedam 50% do salário percebido pelo empregado.
- (C) o pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, inclusive no que concerne a percentagens e gratificações.
- (D) não é considerada como salário a utilidade correspondente à educação em estabelecimento de ensino de terceiros, incluindo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livro e material didático.
- (E) na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado deverá notificar previamente o empregador requerendo a fixação do salário sob pena de requerer judicialmente o arbitramento do respectivo valor.

32. Em relação ao prazo prescricional trabalhista, está INCORRETO afirmar:

- (A) Aos depósitos do FGTS aplica-se prazo prescricional de 30 anos, até o limite de 2 anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (B) Aos trabalhadores avulsos aplica-se o prazo prescricional de 5 anos, até o limite de 2 anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (C) Ajuizada a ação 2 anos e 1 dia após a extinção do contrato de trabalho, a prescrição é total em relação a todos os direitos do trabalhador.
- (D) Ajuizada a ação na vigência do contrato de trabalho, incide apenas a prescrição parcial, podendo ser reclamados direitos dos últimos 5 anos contados retroativamente da data do ajuizamento da ação.
- (E) Em relação ao trabalhador rural, a prescrição é de 2 anos contados da extinção do contrato de trabalho, não correndo a prescrição na vigência do contrato.

33. Em relação às hipóteses de rescisão do contrato de trabalho por prazo indeterminado, considere:

- I. O pedido de demissão caracteriza-se como ato de iniciativa do empregado, praticado com a intenção de extinguir o contrato.
- II. Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato, será devida a mesma indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador.
- III. No caso de prática de falta grave pelo empregador, poderá o empregado pleitear a rescisão do seu contrato e o pagamento das respectivas indenizações, sendo-lhe facultado, em qualquer hipótese, permanecer ou não no serviço até final da decisão do processo.
- IV. A morte do empregador pessoa física leva à extinção do contrato de trabalho, salvo se o empregado, por ocasião do falecimento do empregador, tiver mais de dez anos de serviço para o mesmo.

Está INCORRETO o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.



34. São critérios previstos pelo ordenamento jurídico para formação, respectivamente, das categorias econômicas, profissionais e profissionais diferenciadas:
- (A) Similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas; solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas; e exercício de profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.
 - (B) Homogeneidade de representação perante as autoridades administrativas, na defesa dos interesses econômicos; solidariedade de interesses e similitude de condições de vida decorrentes de estatuto profissional próprio; e exercício de profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.
 - (C) Solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas; similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas; e exercício de profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.
 - (D) Exercício de profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares; similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas; e solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas.
 - (E) Solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas; exercício de profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares; e similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas.
35. Perderá o direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo,
- (A) deixar o emprego e não for readmitido nos 60 dias posteriores à sua saída.
 - (B) prestar serviço militar obrigatório por período superior a 6 meses.
 - (C) deixar de trabalhar, com percepção de salários, por mais de 60 dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa, desde que tal paralisação tenha decorrido de força maior.
 - (D) tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente do trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 meses, desde que contínuos.
 - (E) usufruir de licença remunerada, qualquer que seja o período de duração da mesma.
36. Como decorrência do princípio constitucional da não discriminação salarial (art. 7º, XXX e XXXI da CF), a garantia da isonomia salarial fundamenta-se na ideia básica de que a todo trabalho de igual valor deve corresponder salário igual. Para caracterização do trabalho de igual valor, gerando o direito à equiparação salarial, é necessário que sejam preenchidos concomitantemente alguns requisitos, entre os quais NÃO se inclui
- (A) trabalho para o mesmo empregador.
 - (B) trabalho na mesma localidade.
 - (C) mesma produtividade.
 - (D) mesma perfeição técnica.
 - (E) existência de quadro organizado de carreira.
37. Um trabalhador avulso teve seu trabalho suspenso de forma total pelo período de 90 dias, tendo sido tal suspensão comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional. Nesse caso, em relação ao FGTS, de acordo com a legislação aplicável, os valores depositados em sua conta vinculada
- (A) não poderão ser sacados tendo em vista que o saque de FGTS do trabalhador avulso só ocorre por ocasião da aposentadoria do mesmo.
 - (B) poderão ser sacados, eis que preenchidos os requisitos legais para tanto.
 - (C) não poderão ser sacados, uma vez que a suspensão do trabalho não completou o período de 120 dias.
 - (D) só poderão ser sacados se a suspensão do trabalho for autorizada pelo Ministério do Trabalho.
 - (E) só poderão ser sacados se o trabalhador tiver completado 65 anos de idade.
- Direito Processual do Trabalho**
38. Com relação ao dissídio coletivo, é INCORRETO afirmar:
- (A) O poder normativo da Justiça do Trabalho consiste numa atribuição anômala conferida pela Constituição Federal a um ramo do Poder Judiciário, haja vista que a competência para a elaboração de normas, com efeitos *ultra partes* é uma tarefa típica do Poder Legislativo.
 - (B) As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.
 - (C) Em caso de dissídio coletivo que tenha como objeto novas condições de trabalho e no qual figure apenas parte dos empregados da empresa, poderá o Tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições aos demais empregados.
 - (D) Na audiência de conciliação, assim como ocorre nos dissídios individuais, haverá o arquivamento da ação quando o autor não comparecer.
 - (E) De acordo com a legislação, para ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica há necessidade de esgotar a negociação coletiva, bem como de existência de comum acordo entre as partes envolvidas no litígio, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.



39. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar

- I. as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.
- II. a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.
- III. os conflitos e atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
- IV. as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

Está correto o que consta em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

40. A respeito da execução trabalhista, é correto afirmar que

- (A) o sócio que deixar a empresa que está sendo executada por dívida trabalhista pode vir a responder com seus bens pessoais até três anos após sua saída e desde que devidamente averbada a modificação do contrato nos órgãos competentes.
- (B) as multas inscritas em dívida ativa da União, provenientes dos autos de infração lavrados por auditores-fiscais do trabalho, os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados entre as partes, na presença de um representante do sindicato e de duas testemunhas, são considerados títulos executivos extrajudiciais trabalhistas.
- (C) em face do direito fundamental de propriedade, previsto pela Constituição Federal, não se admite penhora sobre o faturamento da empresa, sob pena de ferir o direito de livre exercício empresarial.
- (D) se tratando de execução por carta precatória, os embargos de terceiro devem ser oferecidos perante o juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.
- (E) sendo insuficiente o patrimônio da pessoa jurídica para saldar o débito trabalhista, respondem pela execução os bens pessoais do sócio-gerente, desde que tenha participado como pessoa física no polo passivo da reclamação trabalhista na fase cognitiva.

41. Na audiência UNA, o reclamante não comparece, sob motivo de internação hospitalar devidamente comprovado, fazendo-se substituir por colega de trabalho que conhece os fatos alegados na reclamação e seu advogado. Ainda, deixa de comparecer o representante legal da empresa, sob alegação que ficou preso no trânsito, estando presente apenas seu advogado munido de procuração e defesa. Diante do exposto, o juiz

- (A) receberá a defesa apresentada pelo advogado da empresa e ouvirá o depoimento pessoal do representante do reclamante e suas testemunhas.
- (B) determinará de plano o arquivamento do feito, ante o não comparecimento de ambas as partes.
- (C) decretará a revelia da reclamada, com aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, redesignando nova data de audiência para o depoimento pessoal das partes.
- (D) determinará o arquivamento do feito, uma vez que o representante do autor não possui poderes para prestar depoimento pessoal, nem celebrar acordos em seu nome.
- (E) redesignará nova data, ilidindo o arquivamento, tendo em vista a representação do reclamante por seu colega, e não implicará revelia e pena de confissão à reclamada quanto à matéria de fato, em razão do trânsito caótico, que é considerado fato notório.

42. Quanto aos atos, termos e prazos processuais, é correto afirmar que os

- (A) documentos juntados aos autos poderão ser desentranhados somente depois de 5 anos do trânsito em julgado da sentença.
- (B) prazos que se vencerem em sábado, domingo ou dia feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.
- (C) prazos previstos na legislação trabalhista contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, não podendo ser prorrogados.
- (D) atos processuais realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 18 horas.
- (E) atos processuais serão sempre públicos porque todos os cidadãos têm livre acesso ao Poder Judiciário.



<p>43. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O princípio protetor, utilizado amplamente no direito material do trabalho, é igualmente aplicado ao processo do trabalho, tendo em vista a hipossuficiência do trabalhador, sendo desnecessária a produção de provas para deferimento do quanto pleiteia o reclamante, bastando a apresentação de prova documental.</p> <p>(B) Consoante a sistemática da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do presidente da Vara ou do Juiz de Direito, a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, os fundamentos jurídicos do pedido, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.</p> <p>(C) Segundo jurisprudência sumulada do TST, o alcance do <i>jus postulandi</i> das partes limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não se estendendo à ação rescisória, à ação cautelar, ao mandando de segurança e aos recursos de competência do TST.</p> <p>(D) O princípio do impulso oficial nas execuções trabalhistas é aplicável somente às ações trabalhistas típicas, ou seja, aquelas em que se discutem créditos advindos de relações de emprego.</p> <p>(E) O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, transitando em julgado na data de sua homologação, salvo em relação à Previdência Social, quanto às contribuições que lhe forem devidas, passível somente de ação rescisória.</p>	<p>45. Relativamente ao rito sumaríssimo é correto afirmar:</p> <p>(A) Formulando o autor pedido ilíquido ou genérico, não será admitida a emenda da inicial, competindo ao magistrado extinguir liminarmente o processo sem exame do mérito.</p> <p>(B) O recurso será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de quinze dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo, imediatamente, em pauta para julgamento, sem revisor.</p> <p>(C) Será facultado às partes a oitiva de até três testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.</p> <p>(D) É aplicável aos dissídios individuais e coletivos, desde que o valor da causa seja igual ou inferior a 40 (quarenta) salários mínimos.</p> <p>(E) É incabível para ações contra a Administração pública direta, autárquica e fundacional, bem como contra as empresas públicas e sociedades de economia mista.</p>
<p>44. Ana moveu reclamação trabalhista contra as empresas Baby e Cia e Confort Ltda. pleiteando a condenação solidária de ambas. A sentença acolheu o pedido, condenou as empresas solidariamente e fixou o valor da condenação em R\$ 5.000,00 com custas processuais de R\$ 100,00. Diante disso, as duas empresas interpuseram recurso ordinário contra a decisão, sendo que Baby e Cia</p> <p>(A) efetuou o depósito recursal de R\$ 3.529,05 e pagou as custas de R\$ 50,00, tendo em vista que a Confort Ltda. também recolheu os mesmos valores relativos ao depósito recursal e custas processuais, observando o valor mínimo de depósito recursal determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(B) não recolheu qualquer valor a título de depósito recursal e custas processuais, comprovando que a Confort Ltda. efetuou o pagamento dos valores devidos e requereu em seu recurso, sua exclusão da lide.</p> <p>(C) efetuou o depósito recursal no valor de R\$ 7.058,11 e pagou as custas de R\$ 100,00, tendo em vista a obrigatoriedade de observância do valor do depósito recursal fixado pelo Tribunal Superior do Trabalho, independentemente do valor da condenação.</p> <p>(D) efetuou o depósito recursal no valor de R\$ 5.000,00 e pagou as custas de R\$ 100,00, sob alegação de que não é obrigada a pagar o valor integral do depósito recursal, atualmente no importe de R\$ 7.058,11, fixado pelo Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(E) efetuou o depósito recursal de R\$ 2.500,00 e pagou as custas de R\$ 50,00, tendo em vista que a Confort Ltda. também recolheu a metade dos valores relativos ao depósito recursal e custas processuais, nos termos da condenação.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>46. Robinho foi ao shopping com a intenção de comprar um relógio de ouro, para combinar com suas inúmeras correntes do mesmo metal. De pouca cultura, adquiriu um relógio folheado a ouro, apenas, que tentou devolver mas a loja não aceitou, alegando terem vendido exatamente o que Robinho pediu e não terem agido de má-fé. Se Robinho procurar a solução judicialmente, seu advogado deverá pleitear a</p> <p>(A) nulidade do negócio jurídico, por embasamento em falso motivo.</p> <p>(B) ineficácia do negócio jurídico, por erro incidental e abusividade do funcionário da loja ré.</p> <p>(C) anulação do negócio jurídico, alegando lesão por inexperiência.</p> <p>(D) nulidade do negócio jurídico, por erro essencial quanto ao objeto principal da relação jurídica.</p> <p>(E) anulação do negócio jurídico, alegando erro substancial no tocante a uma qualidade essencial do relógio adquirido.</p> <p>47. José Silva possui residências em São Paulo, onde vive nove meses por ano em razão de suas atividades profissionais, bem como em Trancoso, na Bahia, e em São Joaquim, Santa Catarina, onde alternadamente vive nas férias de verão e inverno. São seus domicílios</p> <p>(A) qualquer uma dessas residências, em São Paulo, Trancoso ou São Joaquim.</p> <p>(B) apenas a residência que José Silva escolher, expressamente, comunicando formalmente as pessoas com quem se relacione.</p> <p>(C) apenas a residência em que José Silva se encontrar no momento, excluídas as demais no período correspondente.</p> <p>(D) apenas São Paulo, por passar a maior parte do ano nessa cidade.</p> <p>(E) apenas São Paulo, por se tratar do local de suas atividades profissionais.</p>



48. Após pagar um terço de empréstimo garantido por hipoteca de seu imóvel, Bento Francisco procura aliená-lo a Kelly Joyce, mas ao notificar o credor hipotecário – o banco que lhe emprestou o dinheiro – este não consente com a venda, alegando haver no contrato cláusula que a proíbe expressamente. O posicionamento do banco credor é
- (A) juridicamente equivocado, já que a lei civil prevê ser nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- (B) juridicamente equivocado, pois, embora não se possa alienar a coisa antes de pago um determinado montante, a partir de um terço do pagamento do empréstimo já é possível vender o imóvel dado em garantia hipotecária.
- (C) válido juridicamente, pois a alienação do imóvel só é possível pelo tomador do empréstimo após o pagamento de dois terços da dívida.
- (D) válido juridicamente, já que o contrato faz lei entre as partes e Bento Francisco o celebrou livre e espontaneamente.
- (E) juridicamente equivocado, por ser anulável o contrato, dada a abusividade da cláusula proibitiva de alienação.

49. Considere as afirmativas relativas à compra e venda:

- I. Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes, a fixação do preço.
- II. Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.
- III. Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador, e os do preço por conta do vendedor.
- IV. Não sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.

Está correto o que consta em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Direito Processual Civil

50. No tocante ao litisconsórcio, à assistência e à intervenção de terceiros, é correto afirmar:
- (A) A denunciação da lide é obrigatória a todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.
- (B) Admite-se o chamamento ao processo ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.
- (C) Aquele que pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre os quais controvertem autor e réu, poderá, até sentença, nomear-se à autoria contra ambos.
- (D) A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento, mas só será admitida até prolação da sentença em Primeira Instância; o assistente receberá o processo no estado em que se encontra.
- (E) Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.

51. Considere as afirmativas referentes aos embargos do devedor:

- I. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos.
- II. Se opostos os embargos em reconhecida litigância de má-fé, as sanções correspondentes serão promovidas no próprio processo de execução, em autos apensos, operando-se por meio de compensação ou por execução.
- III. Recebidos os embargos, será o exequente ouvido no prazo de 15 dias; a seguir, o juiz julgará imediatamente o pedido ou designará audiência de conciliação, instrução e julgamento, proferindo sentença no prazo de dez dias.

Está correto o que consta em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

52. Domiciliado em Cajamar, Fabio Soares colide seu carro em Casa Branca. O veículo contra o qual colidiu pertence a Liliana Mendes, domiciliada em Jaguariúna. Como as partes não celebraram acordo, Fabio quer propor ação reparatória do dano sofrido, devendo fazê-lo em

- (A) Casa Branca, apenas, por ser o local em que ocorreu o fato.
- (B) Cajamar ou em Casa Branca, respectivamente, domicílio do autor ou do local do fato.
- (C) qualquer uma das três Comarcas.
- (D) Jaguariúna, apenas, por ser o domicílio da ré.
- (E) Cajamar, somente, por ser o domicílio do autor.

53. Maria José propõe ação de cobrança contra Antônio Maria, mas seu advogado deixa de anexar procuração para postular em Juízo, bem como se esquece de requerer a citação do réu, na petição inicial. Deverá o juiz

- (A) determinar que, em dez dias, seja emendada a inicial, sob pena de seu indeferimento, bem como fixar prazo razoável para que seja sanada a irregularidade na representação processual, sob pena de nulidade do processo.
- (B) dar sequência regular ao processo, pois as questões tratadas devem ser objeto de arguição pela parte adversa e não de conhecimento de ofício pelo juiz.
- (C) determinar a emenda da inicial e a regularização do processo em prazo razoável, em ambos os casos sob pena de nulidade do processo.
- (D) extinguir de imediato o processo, por haver duas irregularidades no feito, simultaneamente.
- (E) determinar a emenda da inicial e a regularização processual em cinco dias, em ambos os casos sob pena de indeferimento da inicial.

**Noções de Direito Previdenciário**

<p>54. Segundo a chamada regra constitucional da contrapartida:</p> <p>(A) nenhuma contribuição previdenciária é devida sem que tenha havido efetiva prestação de trabalho pelo segurado.</p> <p>(B) nenhuma contribuição patronal é devida sem que o segurado tenha trazido regular prova de sua documentação pessoal ao empregador.</p> <p>(C) nenhum benefício ou serviço da seguridade social pode ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.</p> <p>(D) nenhuma contribuição de seguridade social pode ser exigida antes de 90 dias da data de publicação da lei que a houver instituído ou diminuído.</p> <p>(E) nenhum benefício previdenciário ou assistencial pode ser deferido sem que tenha havido prova das contribuições previdenciárias exigidas a título de carência.</p>	<p>58. A renda mensal inicial do auxílio-doença, no regime geral, consistirá num percentual, aplicado sobre o salário-de-benefício do segurado, correspondente a</p> <p>(A) 80%.</p> <p>(B) 50%.</p> <p>(C) 100%, menos o valor da alíquota cabível de contribuição previdenciária.</p> <p>(D) 91%.</p> <p>(E) 70%, mais 1% a cada grupo de 12 contribuições vertidas ao sistema, limitado a 100%.</p>
<p>55. Uma vez criados por lei do ente federativo, vinculam-se aos regimes próprios de previdência social os servidores</p> <p>(A) requisitados para o serviço eleitoral pela Justiça respectiva.</p> <p>(B) empregados temporários na Administração direta e indireta da União.</p> <p>(C) ocupantes exclusivamente de cargos comissionados da União, Estados e Municípios da Administração direta.</p> <p>(D) ocupantes de cargos efetivos de autarquias da União, Estados e Municípios.</p> <p>(E) empregados de empresas públicas da União, Estados e Municípios.</p>	<p>59. São beneficiários dos segurados no regime geral, na condição de dependentes,</p> <p>(A) o fundo de amparo ao trabalhador, se não houver nenhum herdeiro necessário.</p> <p>(B) o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado menor de 21 anos ou inválido.</p> <p>(C) os pais e avós do segurado, como ascendentes.</p> <p>(D) as pessoas designadas pelo segurado, desde que não haja cônjuges ou filhos.</p> <p>(E) os tios e primos de sangue do segurado, se forem pessoas com deficiência.</p>
<p>56. As ações e serviços públicos de saúde constituem um sistema único, organizado de acordo com diretrizes determinadas. Dentre elas, está</p> <p>(A) o caráter contributivo e de filiação obrigatória.</p> <p>(B) a promoção da integração ao mercado de trabalho.</p> <p>(C) a centralização, com direção única no Governo Federal.</p> <p>(D) a observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.</p> <p>(E) o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas.</p>	<p>60. Para efeito de aposentadoria perante o regime próprio, o tempo de contribuição regularmente feito pelo segurado no regime geral</p> <p>(A) não poderá ser computado, senão mediante aplicação do chamado fator previdenciário.</p> <p>(B) não poderá ser computado, a menos que haja reciprocidade prevista, facultativamente, na legislação do respectivo ente político.</p> <p>(C) poderá ser computado, hipótese em que os diversos regimes previdenciários se compensarão financeiramente.</p> <p>(D) poderá ser computado, mediante pedido de restituição, pelo segurado, das contribuições vertidas e posterior recolhimento indenizatório perante o regime instituidor do benefício.</p> <p>(E) estará assegurado apenas perante o regime dos servidores públicos da União, por se tratar de contribuições recolhidas a uma autarquia federal.</p>
<p>57. Sobre os proventos de aposentadoria e pensão dos servidores públicos vinculados a regimes próprios de previdência social,</p> <p>(A) incidem contribuições previdenciárias, independentemente de quaisquer valores de referência do regime geral.</p> <p>(B) incide ordinariamente contribuição sobre o valor que supere o teto do regime geral, em percentual igual ao que incide sobre a remuneração dos servidores em atividade.</p> <p>(C) não podem incidir contribuições sociais.</p> <p>(D) incide ordinariamente contribuição sobre o valor que supere o dobro do teto do regime geral.</p> <p>(E) incide contribuição sobre o valor que supere o teto do regime geral, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.</p>	

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO****Instruções gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo IX, item 6, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que, na Folha de Resposta Definitiva:

- for assinada fora do local apropriado;
- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- for escrita à lápis, em parte ou em sua totalidade;
- estiver em branco;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Deverão ser rigorosamente observados os limites de linhas da Folha de Resposta Definitiva.

Em hipótese alguma será considerada pela Banca Examinadora a redação escrita neste rascunho.

Redija seu texto final na Folha de Resposta Definitiva da Prova Discursiva.

Em meados do ano passado, houve inúmeras manifestações de rua em muitas cidades brasileiras. Dada a diversidade das reivindicações, das proporções e das atitudes que caracterizaram essas manifestações, não é fácil identificá-las e qualificá-las em conjunto. Ainda assim, houve algum consenso quanto à novidade que elas representaram.

Escreva uma dissertação em prosa, considerando as consequências imediatas e os possíveis desdobramentos que essas manifestações trouxeram. Justifique amplamente sua opinião.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	